VOTO

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN (RELATOR): Mediante a presente reclamação a parte ora agravante, ex-Governador de Estado, pretende, em suma a procedência da ação para *“assentar que a decisão tomada na ADI 4.601/MT não afeta a verba de caráter alimentar paga reclamante, exgovernador do Estado de Mato Grosso, idoso, com 81 (oitenta e um) anos de idade, assegurando a manutenção do seu pagamento, assim como de todos os valores retroativos não pagos desde novembro de 2018”* (eDOC 1, p. 17).

Ao negar seguimento à reclamação assentei a impossibilidade de se rediscutir, pela via da ação reclamationária, o que decidido por esta Corte na ADI 4.601, quadro a revelar a carência do interesse processual da parte reclamante dada a inadequação da via eleita.

No presente recurso, a parte agravante repisa os fundamentos da petição inicial, asseverando que, mediante a presente ação, *“pretende discutir o alcance da decisão tomada por este STF na ADI 4.601/MT assegurando que os efeitos da decisão lá prolatada não atinjam o benefício que era assegurado ao reclamante”* (eDOC 55, p. 2); e acrescentando os argumentos de que a procedência do direito teria respaldo na decisão do STF na ADPF 745 (eDOC 55, p. 2), bem como na Rcl 44776 (eDOC 55, p. 3).

A irresignação não merece prosperar.

Como consignado na decisão agravada, a ação reclamationária consiste em ação vocacionada à preservação da competência do Tribunal e para garantia da autoridade de suas decisões, bem como contra atos que contrariem ou indevidamente apliquem Súmula Vinculante, nos termos dos artigos arts. 102, I, *l*, e 103-A, § 3º, da Constituição Federal. Assim, a ação reclamationária somente se revela cabível nas hipóteses previstas na norma de regência.

No caso dos autos, a situação situação descrita na inicial não se amolda a nenhuma das hipóteses de admissibilidade de reclamação, o que implica na carece de interesse processual, na modalidade da adequação, pela inadequação da via eleita (CPC, art. 485, VI).

Como depreende-se dos autos, a extinção da pensão vitalícia da parte agravante se deu por meio de ato da Assembleia legislativa do Estado de Mato Grosso, qual seja, a Emenda Constitucional nº 22/2003, à Constituição do Estado de Mato Grosso (eDOC 11, p. 21).

Por ocasião do julgamento da ADI 4.601, o Conselho Federal da

Ordem dos Advogados do Brasil – CFOAB impugnou a referida Emenda à Constituição Estadual impugnando o art. 1º, parte final, que manteve o pagamento de pensão mensal e vitalícia a ex-governadores, ex-vice-governadores e substitutos constitucionais que percebiam o benefício até o advento da referida emenda, e o artigo 1º da Lei estadual 4.586/1983, que instituiu pensão mensal e vitalícia às viúvas e filhos de ex-governadores. Como parâmetro de controle, o requerente indicou os artigos 5º, XXXVI; 25, caput e § 1º; 37, caput; 39, § 4º; 195, § 5º; e 201, § 1º, da Constituição Federal.

Em 25.10.2018, o Plenário proferiu decisão no sentido de conhecer parcialmente da ação e, nessa parte, julgar procedente o pedido para dar interpretação conforme a Constituição Federal ao artigo 1º, parte final, da Emenda Constitucional 22/2003 do Estado do Mato Grosso e declarar que o trecho “*respeitado o disposto no art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal*” não autoriza a continuidade do pagamento de pensão mensal e vitalícia a ex-governadores, ex-vice-governadores e substitutos constitucionais, nos termos do voto do Relator (DJe 7.11.2018).

Constata-se que é contra essa decisão que a parte ora agravante se insurge mediante a presente reclamação, buscando, em suma, “[re]discutir o alcance da decisão tomada” por esta Corte.

A jurisprudência desta Corte possui entendimento de há muito sedimentado no sentido de que é incabível a reclamação cujo ato apontado como reclamado seja decisão proferida por Ministros, Turmas ou pelo Plenário do próprio Supremo Tribunal Federal, pois os atos emanados por tais órgãos, no exercício de suas competências, são atribuíveis à própria Corte. Nesse sentido:

“EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL. RECLAMAÇÃO. Não cabe reclamação contra atos decisórios dos ministros ou das Turmas que integram esta Corte Suprema, dado que tais decisões são juridicamente imputados à autoria do próprio Tribunal em sua inteireza. Agravo desprovido.” (Rcl 3916 AgR, Relator(a): CARLOS BRITTO, Tribunal Pleno, julgado em 12-06-2006, DJ 25-08-2006)

“EMENTA: RECLAMAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO VICE-PRESIDENTE DESTA CORTE. NÃO CABIMENTO. Não cabe reclamação contra decisões dos membros do Supremo Tribunal Federal. Precedentes. Com efeito, a reclamação não é via processual adequada, no Supremo Tribunal Federal, à

impugnação de suas decisões (Rcl-AgRg 3.316, de minha relatoria, Segunda Turma, 21.06.2005; Rcl-AgRg 3.916, rel. min. Carlos Britto, Pleno, 12.06.2006). A impugnação das decisões do Supremo Tribunal Federal se faz nos termos da legislação processual, por meio dos recursos próprios. Agravo regimental desprovido.” (Rcl 4591 AgR, Relator(a): JOAQUIM BARBOSA, Tribunal Pleno, julgado em 08-10-2009, PUBLIC 04-12-2009)

“Ementa: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RECLAMAÇÃO AJUIZADA CONTRA DECISÃO DO STF. 1. Não cabe reclamação constitucional direcionada à cassação de decisões de Ministros ou Turmas do Supremo Tribunal Federal, uma vez que os atos emanados pelos seus órgãos, no exercício de suas competências legais e regimentais, são atribuíveis à própria Corte. 2. Agravo regimental a que se nega provimento.” (Rcl 19526 AgR, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 28-04-2015, PUBLIC 14-05-2015)

Como bem salientado pela Ministro Joaquim Barbosa no precedente citado, a impugnação das decisões do Supremo Tribunal Federal se faz nos termos da legislação processual, por meio dos recursos próprios.

Logo, a pretensão da parte agravante voltada à impugnação do que decidido por esta Corte na ADI 4601 revela-se inadequada pela via reclamatória, que não pode ser utilizada como substitutiva de recurso ou ação outra. Confira-se:

“Agravo regimental em reclamação. 2. Reclamação que impugna acórdão já trazido à análise desta Corte, em recurso extraordinário com agravo, a que se negou seguimento (ARE 1.231.873). 3. Impossibilidade de utilização da reclamação como sucedâneo recursal. 4. Inexistência de argumentos capazes de infirmar a decisão agravada. 5. Agravo regimental a que se nega provimento.” (Rcl 37370 AgR, Relator(a): GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 13-03-2020, PUBLIC 20-03-2020)

Mesmo que se entenda como ato reclamado a referida Emenda à Constituição estadual, que extinguiu o benefício a que fazia jus a parte agravante, melhor sorte não colhe o recurso, pois a reclamação também se revela incabível para esse fim, por ser o instrumento inadequado à impugnação de norma legal, dada a ausência de previsão constitucional e a

já citada impossibilidade de sua utilização como substitutivo da ação própria.

Por fim, não merece acolhida a argumentação da agravante no sentido de que o direito que se busca mediante a presente ação encontra guarida na decisão do STF na ADPF 745 (eDOC 55, p. 2), bem como na Rcl 44776 (eDOC 55, p. 3). A invocação de tais decisões não é suficiente a afastar o óbice já apontado, viabilizando a reclamação em face de acórdão do próprio Supremo Tribunal Federal.

Ademais, a invocação do acórdão da ADPF 745 como paradigma nesta fase processual constitui inovação recursal, o que é inadmissível em sede de agravo regimental.

“Agravo regimental em reclamação. 2. Paradigma desprovido de efeito vinculante proferido em processo do qual o reclamante não integrou a relação processual. 3. Ausência de impugnação dos fundamentos da decisão monocrática. 4. **Agravo regimental que apresenta argumentos além dos invocados na reclamação. Impossibilidade de inovação recursal.** Precedentes. 5. Agravo regimental desprovido.” (Rcl 58172 AgR, Relator(a): GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 03-05-2023, PUBLIC 09-05-2023; grifei)

“EMENTA Agravo regimental na reclamação. ADI nº 1.662/SP. Impossibilidade de inovação dos argumentos em sede de agravo regimental. Ausência de identidade de temas entre o ato reclamado e a ADPF nº 275/PB. Agravo regimental ao qual se nega provimento. 1. **Impossibilidade de inovação dos fundamentos da reclamação em sede de agravo regimental.** 2. (...) 4. Agravo regimental não provido.” (Rcl 16580 AgR, rel. Min. Relator(a): DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 27-02-2014, PUBLIC 10-04-2014; grifei)

Por outro lado, o precedente invocado, Rcl 44776, não é apto a funcionar como paradigma na presente ação, por se tratar de processo subjetivo cuja decisão possui eficácia unicamente *inter partes* e a parte ora agravante não integrou a relação processual originária. Nesse sentido:

“Ementa: RECLAMAÇÃO. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. INOBSERVÂNCIA. AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. (...) 3.

A existência de decisão destituída de efeito vinculante em processo subjetivo do qual as partes ora litigantes não integraram a relação processual não é suficiente a vincular o entendimento deste relator, tampouco desta Segunda Turma, uma vez que não se constituem paradigmas aptos a viabilizar o processamento da reclamação. 4. Agravo regimental a que se nega provimento.” (Rcl 58064 AgR, rel. Min. Relator(a): EDSON FACHIN, Segunda Turma, julgado em 13-04-2023, PUBLIC 20-04-2023)

Por todo o exposto, voto para que seja negado provimento ao agravo regimental.

É como voto.